

CAMPUS

Nº 454, ANO 52

Brasília, setembro 2022

O deputado, a vacina e o doador

O distrital Rodrigo Delmasso tentou garantir compra de imunizante vendido pelo principal financiador de sua campanha

CARTA AO LEITOR

Na volta às atividades presenciais depois de uma pandemia sem precedentes na nossa geração, o **Campus** traz ao seu leitor os Polos de Crimes da UnB. Após vários episódios de violência e insegurança desde a volta às aulas, o levantamento mapeou crimes de furto, lesão corporal e dano, marcando os locais mais perigosos dentro da Universidade.

No Distrito Federal, uma reportagem exclusiva sobre como o vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Rodrigo Delmasso, estimulou a compra de uma vacina vendida por empresa dirigida por um doador de sua campanha.

Nesta edição, o **Campus** também apurou os motivos pelos quais um grupo de professores da Faculdade de Planaltina (FUP) e associações relacionados à agricultura familiar encaminharam um manifesto à reitoria pedindo que o Restaurante Universitário (RU) comece a comprar parte dos alimentos da produção familiar, assim como uma reportagem sobre as mulheres da agroecologia e o fortalecimento feminino das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) do DF.

Em comportamento, descobrimos que a busca por salões especializados vem aumentando no Distrito Federal e mostramos a importância do serviço para o cuidado de cabelos crespos e cacheados.

Expediente

EDITORA-CHEFE
Manoella Ribeiro

EDITORES
Amanda Silva
Gabriella Castro
Karolini Bandeira
Ruan Acioli

REPÓRTERES
Bianca Mingote
Danielle Souza
Kevin Lima
Maria Clara Martinez
Mateus Salomão
Yolanda Pires

FOTO
Ana Carolina Freitas
Luiz Berto

PROJETO GRÁFICO
Ana Patrícia Alves
Mariana Andrade

JORNALISTA
José Luiz Silva

PROFESSOR
Solano Nascimento

ENDEREÇO ELETRÔNICO
issuu.com/campusunb

E-MAIL
nascimento@umb.br

CRÉDITO DA CAPA
Câmara Legislativa do DF

MEMÓRIA

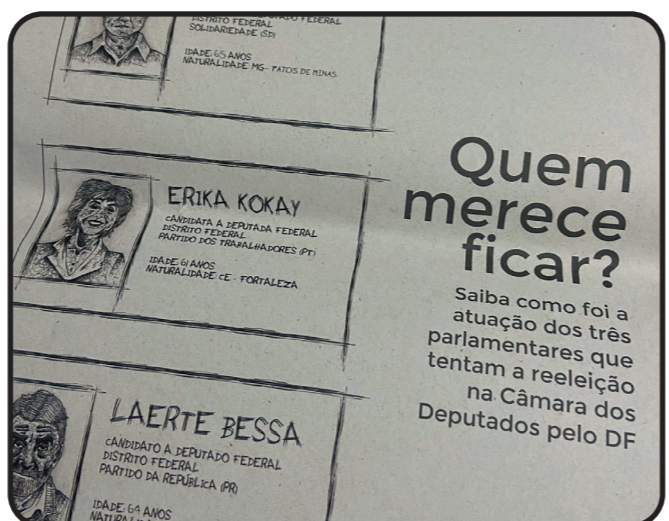
Na edição nº 127 do ano de 1989, o **Campus** fez uma matéria sobre a Feira de Horticultura que acontecia todas as terças na ala sul da UnB. Na iniciativa, surgida através de um professor do Departamento de Engenharia Agrônômica e com a participação dos alunos do curso, foi colocada em prática a agricultura alternativa — com menos agrotóxicos. Na página 6, voltamos a abordar o assunto de produção alimentar, mas desta vez sobre as Comunidades que Sustentam a Agricultura, mais especificamente as mulheres na agroecologia no Distrito Federal.



Já em 1994, na edição de nº 184, **Campus** tratou da segurança dos estudantes da UnB. A matéria "A segurança da UnB depende de cada um" abordou os furtos que aconteceram na universidade na década de 1990. Nesta edição, 28 anos depois, o **Campus** ainda trata da falta de segurança no campus. Desta vez, por meio do mapeamento das áreas em que mais acontecem crimes na Universidade de Brasília atualmente.



Em 2018, o **Campus** nº 445, apresentou em sua capa três parlamentares que concorriam à reeleição na Câmara dos Deputados. A matéria "Quem merece ficar?" trouxe a atuação dos candidatos nos mandatos e auxiliou o leitor a decidir o seu voto. Na reportagem especial desta edição, o **Campus** aborda a relação de um candidato com um doador de campanha.



Crespos & cacheados

Em meio à pandemia de Covid-19, muitas mulheres decidiram cultivar suas madeixas naturais. Com isso, os salões especializados estão sendo cada vez mais requisitados

>> DANIELLE SOUZA

“Durante a minha infância e adolescência, passei muitos anos fazendo alisamentos e outros procedimentos para mudar a textura do meu cabelo devido ao racismo, à não aceitação da minha negritude e à falta de representatividade. Agora outras pessoas pretas têm referências e espaços que contemplam sua existência”, expõe a jornalista Rebeca Borges Silva.

Durante o *lockdown*, período mais crítico da pandemia da Covid-19, em 2020, muitas mulheres decidiram adotar a curvatura original dos fios. Desde então, a procura por salões especializados em cabelos crespos e cacheados vem aumentando no Distrito Federal.

Juliana Marques, conhecida como Caju e proprietária do Fiz Caju, salão especializado em curvaturas aberto há três meses em Taguatinga Norte, conta que decidiu trabalhar com um estabelecimento desse tipo por achar que uma pessoa não deve mudar para servir aos padrões da sociedade. O mercado de “modificar” nunca fez sentido para ela. “Meu cabelo é ondulado e por muito tempo eu tive dificuldade em achar ele bonito. Esse cenário só mudou quando eu aprendi a cuidar dele”, explica.

Como é feito um corte a seco

O corte a seco é feito com as madeixas secas e finalizadas. Com essa técnica, é possível observar como será o resultado final. Os cabelos crespos e cacheados têm mais de um tipo de textura e isso, aliado ao fator encolhimento, faz com que o comprimento varie de seco para molhado. Por isso, quando os cabelos estão secos, é possível trabalhá-los conforme eles se apresentam, aproveitando tamanho, volume e caimento naturais.

Nesse tipo de corte, a pessoa precisa desembaraçar o cabelo e finalizá-lo como de costume. Somente depois de o cabelo estar seco, o procedimento é realizado. Dessa forma, o profissional terá condições de observar aspectos que podem influenciar no corte, como textura e encolhimento. É importante que os fios estejam finalizados, caso contrário as pontas do cabelo podem ficar com o tamanho desigual porque a definição ajuda na harmonização do corte.



A estudante Shyrlem Barbosa, que tem o cabelo crespo, acredita que em salões especializados os profissionais vão trabalhar com seus fios da maneira correta, respeitando o tamanho, volume e caimento natural. “Durante muito tempo, os salões não sabiam lidar com a textura do nosso fio. E os tratamentos indicados eram sempre alisamentos químicos. Hoje, temos mais confiança para ir a um profissional cabeleireiro”, diz.

Já Rebeca, que tem o cabelo crespo e é adepta dos atendimentos especializados, vê a oferta desses serviços como algo que, além de trazer tranquilidade, possibilita, principalmente às mulheres negras, o resgate das suas origens.

É comum encontrar relatos de clientes com cabelos crespos que sofreram racismo ou injúria racial por parte de cabeleireiros. Muitas vezes o preconceito se junta à falta de experiência em saber trabalhar com esse tipo de textura. Por conta disso, muitas mulheres não se sentem bem em frequentar salões “convencionais”.

“Tenho certo receio de ir a salões que não têm profissionais especializados em cabelo afro. Além do medo de ter o cabelo estragado ou mal tratado, há também o de sofrer racismo por parte dos cabeleireiros”, pontua Rebeca.

Para Caju, um atendimento acolhedor vai além de fazer um corte no cabelo de suas clientes. “Sempre influencio minhas clientes a serem elas mesmas sem se preocuparem com o julgamento alheio. Dando acesso para que elas aprendam a cuidar de seus cachos e crespos, as incentivando a ousarem em cortes e também a transicionar para o grisalho”, diz.

A procura tem aumentado, porém, os estabelecimentos são poucos se comparados aos salões não especializados. Surge, então a “gourmetização” dos serviços. Um corte de cabelo em salões convencionais do Distrito Federal pode ser encontrado a R\$ 55, por exemplo. Já em salões especializados, pode chegar a R\$ 113. Considerando que o salário mínimo em 2022 é de R\$ 1.212, o valor cobrado pelo serviço é de quase 10% da renda de muitos brasileiros, fazendo com que ele se torne inacessível.

Para Jéssica Amorim, do salão Afrojess, que fica no Sudoeste, o preço pode estar atrelado ao fato de o investimento para se espe-

Ana Carolina Freitas/ Jornal Campus



Esqaço Afro Chic, localizado no Riacho Fundo

cializar ser bastante alto. Ela acredita que se trata da valorização da mão de obra do profissional, já que em salões renomados as pessoas não questionam o preço.

O valor alto pode se tornar um gatilho para mulheres tentarem reproduzir em casa um procedimento que deveria ser feito por um profissional. “Muitas vezes, crespas e cacheadas optam por fazer um corte em casa pelos riscos que o ‘salão comum’ oferece aos nossos cabelos, pois esse tipo de estabelecimento dificilmente vai ter um profissional que saiba fazer um corte adequado para cada tipo de cacho. E para não correr o risco de ‘estragar’ o cabelo com uma técnica errada, arriscamos e fazemos em casa”, revelou a estudante Sara Alves, que já cortou as próprias madeixas.

De acordo com Sindicato dos Salões Barbeiros Cabeleireiros e Institutos de Beleza do Distrito Federal (Sinbeleza), não há uma classificação no cadastro de um salão de beleza, não sendo possível estimar o crescimento no número dos estabelecimentos especializados.

Ligações entre um deputado de Brasília e uma vacina russa

Durante a pandemia, Rodrigo Delmasso, vice-presidente da Câmara Legislativa do DF, tomou várias iniciativas para garantir a compra da Sptunik V. O imunizante russo era representado no Brasil pela União Química, empresa dirigida por Fernando de Castro Marques, principal doador da campanha do distrital em 2018

>> KEVIN LIMA E YOLANDA PIRES

Com a pandemia de Covid-19 como pano de fundo em 2021, enquanto o país registrava média semanal de mortes na casa dos milhares e a produção de vacinas ainda não havia engrenado, o vice-presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Rodrigo Delmasso, filiado ao Republicanos, dedicou agendas e encontros para defender a compra de doses da vacina Sputnik V, intermediadas pela União Química. A empresa tem como diretor-presidente Fernando de Castro Marques, o maior doador de campanha de Delmasso em 2018.

Ao todo, Delmasso contou com R\$ 928 mil para custear a campanha de eleição. Quase um terço desse valor (27,15%) partiu de quatro doações de Marques, que hoje é filiado ao PP e disputou uma vaga ao Senado pelo Solidariedade, também em 2018, quando declarou um patrimônio de R\$ 667 milhões. Ele acabou não eleito e alcançou somente 4,74% dos votos.

O montante foi declarado pelo deputado em prestações de contas entregues ao Tribunal Regional Eleitoral do DF (TRE-DF) e reunidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A relação entre Marques e Delmasso no ano eleitoral é permeada por encontros promovidos por integrantes da Sara Nossa Terra, congregação evangélica em que Delmasso é pastor. Durante as eleições, os fiéis e lideranças da igreja participaram de mutirões e defenderam abertamente a reeleição do deputado distrital com um movimento intitulado *Em nome das famílias*. Em uma manhã de julho de 2018, Delmasso esteve presente em uma reunião com bispos e pastores da igreja em endereço declarado por Marques ao TRE-DF, no Lago Sul. Ele classificou o dirigente da União Química como um “irmão”. Pouco tempo depois, na mesma residência, bispos e pastores da igreja gravaram inserções de campanha declarando apoio ao empresário na disputa ao Senado.

Em uma publicação durante a campanha de 2018, Fernando de Castro Marques chamou o pastor de “meu amigo”. “No Senado, defenderei as nossas bandeiras! #EmNomeDaFamília. [Ele] está alinhado às nossas bandeiras”, escreveu.

Primeira vacina a ser anunciada ainda em 2020, a Sputnik V é produzida pelo Instituto Gamaleya, em parceria com o Fundo de Investimento Direto da Rússia (RDIF). No Brasil, a União Química, dirigida por Marques, tornou-se representante oficial da fabricante e pediu, em dezembro do mesmo ano, a autorização à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para realizar estudos clínicos no país. A farmacêutica chegou, inclusive, a anunciar planos de produção nacional do fármaco em larga escala diretamente de um parque industrial em Santa Maria (DF).

Após as primeiras aplicações do imunizante em solo russo e na esteira do início da vacinação contra a Covid-19 no Brasil, Delmasso sugeriu, em ofício enviado ao então secretário de Saúde do DF, Osnei Okumoto, em janeiro de 2021, que o go-



O vice-presidente da CLDF, Rodrigo Delmasso (Republicanos), nega ter tentado beneficiar a União Química: “Estávamos tentando salvar vidas”

verno distrital sondasse a União Química sobre a possibilidade de fornecer doses da vacina russa ao Distrito Federal.

“Gostaria de sugerir à Vossa Senhoria que se consulte a União Química – Farmacêutica Nacional S/A, que juntamente com o Fundo de Investimento da Rússia, detém a exclusividade de fabricação da vacina Sputnik V, sobre a possibilidade de fornecer as referidas vacinas ao Distrito Federal. Já existe uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), protocolada pelo governo do estado da Bahia, que solicita a autorização para compra direta de vacinas. Acredito que o Distrito Federal poderia atuar da mesma forma, aumentando, assim, a capacidade de imunização dos brasileiros”, afirmou no documento. Mais tarde, em fevereiro daquele ano, o STF autorizou estados e municípios a comprar e a distribuir vacinas contra a Covid. A Anvisa, no entanto, não havia aprovado o uso emergencial do imunizante.

No mesmo dia em que o ofício foi enviado, Delmasso ainda questionou Okumoto, durante audiência da Comissão Especial de Vacinação da Câmara, quanto à possibilidade de o DF comprar imunizantes de forma direta. “O Ministério da Saúde está comprando toda a produção existente. Nós não temos a possibilidade

de fazer aquisição, a não ser que haja autorização por parte da União Química na produção das vacinas Sputnik V aqui no Distrito Federal, da qual a gente já vinha conversando com a Embaixada da Rússia”, respondeu o então secretário.

As tratativas, no entanto, não pararam por aí. Como presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento da Vacinação da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em março, o parlamentar participou de reunião com dirigentes da Anvisa para tratar do processo de análise dos pedidos de autorização de uso de imunizantes. No mês seguinte, ele conversou em videoconferência com o embaixador da Rússia no Brasil, Alexey Labetsky, sobre o procedimento de compra direta por estados e municípios da vacina.

Ainda em abril, o distrital esteve em reunião que contou com um representante da União Química e deputados estaduais, integrantes da Unale, dispostos a tentar avançar nas negociações de compra direta do imunizante nos estados. No encontro, após o ex-governador e ex-deputado federal Rogério Rosso (PP) pedir aos parlamentares que “reflitam alguma ação legislativa, algum projeto” para destravar a Sputnik V, Delmasso disse que enviaria um ofício à Anvisa pedindo a análise da autorização de uso da vacina.

“Nós vamos, enquanto comissão, acatar sua sugestão e o que a gente pode fazer inicialmente é... vou pedir para o nosso pessoal aqui da Unale fazer, nós vamos fazer uma correspondência à Anvisa, em nome de todos os deputados estaduais do Brasil, fazer essa recomendação. Vou pedir para nossa presidente para estudarmos, junto à assessoria jurídica da Unale”, disse.

Rosso, que representou a farmacêutica na reunião e em outras tratativas com órgãos de governo, sugeriu ainda que os deputados intercedessem junto às bancadas na Câmara dos Deputados para apresentar um projeto de lei que criasse um termo de responsabilidade individual para vacinação.

Após o encontro, Delmasso ainda seguiu em reuniões que tiveram a Sputnik V como um dos tópicos. Em abril, o deputado participou de uma reunião com o então diretor de Imunização e Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Laurício Cruz. O diretor

deu aval para o seguimento das negociações e foi exonerado alguns meses depois, na esteira da investigação sobre tratativas da pasta para a compra de 400 milhões de doses da vacina da AstraZeneca por meio de uma entidade ligada a um reverendo evangélico.

Em sessão plenária na CLDF, Delmasso narrou ter tratado com o representante do Ministério da Saúde, entre outros pontos, da compra da Sputnik V. “Entrando mais laboratórios que têm o compromisso de compra pelo Ministério da Saúde, é claro, vai aumentar a quantidade de doses, e pode haver mais agilidade da vacinação para toda a população do Brasil”, disse aos deputados. Um dia depois, em 14 de abril, o então secretário executivo da pasta, Rodrigo Cruz, participou de reunião com representantes do fundo russo.

Aquela altura, o Ministério da Saúde havia firmado contrato para a aquisição de 10 milhões de doses do imunizante ao custo de R\$ 693,6 milhões. As tratativas, porém, não tiveram sucesso. A Anvisa negou, no mesmo mês, a importação da vacina russa. Segundo a agência, havia uma “série de dados pendentes de complementação e não apresentados”. Mais tarde, em junho, a Anvisa concedeu autorização para a importação excepcional da vacina a sete estados, desde que estes assinassem termos de compromisso e seguissem uma série de exigências. A decisão abriria ca-

minho para que o Consórcio do Nordeste concretizasse a aquisição de 37 milhões de doses, mas o acordo anunciado não prosperou.

De acordo com o Ministério da Saúde, nenhuma dose da Sputnik V foi aplicada no país. O contrato de compra das 10 milhões de doses com a União Química foi rescindido em dezembro de 2021.

Em maio deste ano, já em clima de pré-campanha, Delmasso exaltou a atuação no Legislativo em favor da vacina. “Fizemos discursos e trabalhos, eu particularmente fiz isso, para que o governo do DF pudesse ter autonomia para compra de vacinas. Fiz reuniões na Embaixada da Rússia ainda quando a Sputnik estava, vamos dizer assim, sendo elaborada. Fiz diversas reuniões com o Ministério da Saúde”, declarou.

Apesar disso, nenhuma vacina foi comprada pelo governo do Distrito Federal. A União Química foi, no entanto, fornecedora de insumos para o combate à Covid-19 na região. De acordo com o Portal da Transparência do DF, R\$ 2,5 milhões foram ou ainda serão pagos à farmacêutica pela aquisição de sedativos para intubação. A maior quantia foi recebida de um contrato com dispensa de licitação (R\$ 1,2 milhão). O deputado Delmasso foi o autor do projeto de lei, sancionado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) em junho de 2020, que dispensa licitação para a aquisição de insumos e serviços destinados ao enfrentamento da pandemia, enquanto perdurasse a emergência em saúde pública.

Ao **Campus**, Delmasso negou, por meio da assessoria de imprensa, que tivesse tentado favorecer a União Química. Ele negou ainda ter recebido pedidos de Fernando Marques e afirmou não ter atuado como lobista da vacina Sputnik V. Em uma tentativa de contato presencial, o deputado disse não haver relação entre a atuação parlamentar e a doação recebida de Marques. Delmasso declarou também se tratar de “acusações infundadas”. “Estávamos tentando salvar vidas”, acrescentou.

Em nota enviada à reportagem, o diretor-presidente da União Química declarou que a doação à campanha de Rodrigo Delmasso, em 2018, “deu-se por avaliar a atuação do parlamentar e acreditar no bom desempenho de seu mandato”. Ele argumentou que atuar na iniciativa privada é uma ação legal e que as doações foram declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e não envolveram qualquer negociação de contrapartida.

Cargos para doadores

De 2019 a abril de 2022, Delmasso empregou, em cargos comissionados da CLDF, lideranças da Sara Nossa Terra que doaram para sua campanha em 2018. São bispos, pastores e outros líderes que pregam na mesma igreja que o deputado e preencheram cargos de confiança no gabinete do parlamentar e em administrações regionais do DF. Os valores recebidos variam entre R\$ 2 mil e R\$ 22 mil mensais.

Conforme dados da CLDF cedidos à reportagem via Lei de Acesso à Informação (LAI), o maior salário, de R\$ 22 mil, foi pago a uma bispa da congregação que havia doado menos de R\$ 400 para a campanha do então candidato à reeleição.

Outra liderança da Embaixada Sara Nossa Terra em Brasília, que doou R\$ 21 mil para a campanha eleitoral de Delmasso, foi contratada por ele como segurança parlamentar em março de 2020. Ela exerceu o cargo por mais de 2 anos, recebendo salários de R\$ 6 mil.

No total, o deputado empregou 35 doadores de campanha, dos quais 19 tinham ligação com a igreja. A prática, apesar de ser mais expressiva no gabinete de Delmasso, não se restringe a ele. Em toda a Câmara Legislativa, no mesmo período, foram empregadas em cargos comissionados 81 pessoas que doaram montantes de até R\$ 17,5 mil às candidaturas de deputados distritais. Elas exerceram cargos de confiança nos gabinetes dos parlamentares, de lideranças partidárias, ou em comissões presididas por eles. Delmasso foi o responsável por quatro em cada dez apadrinhamentos.

O projeto de emenda à Lei Orgânica nº 19/2019, iniciativa do Governo do Distrito Federal que está em discussão na casa legislativa, propõe que apenas os cargos de chefia, direção e assessoramento devem respeitar o percentual mínimo de servidores efetivos previsto na lei, o que aumentaria a quantidade permitida de cargos comissionados. A pauta já havia sido rejeitada pela CCJ da CLDF em julho de 2020, mas foi retomada e segue em tramitação após recurso assinado por Delmasso e outros quatro distritais.

Mulheres na agroecologia

No Distrito Federal, novas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) com lideranças femininas movimentam a economia local e integram agricultoras nos assentamentos

>> BIANCA MINGOTE

Às 11h do sábado 20 de agosto, um dia ensolarado e com ventos fortes, o verde das hortaliças e o rosa dos aventais de Gedilene Lustosa, 50, e Gizelma Fernandes, 47, colorem o Infínu Comunidade Criativa, espaço que reúne lojistas, música e gastronomia na Asa Sul. As cores das beterrabas, bananas e cenouras compõem a paleta. Bordado nos aventais há um ipê rosa, planta que dá nome à Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) da dupla. Nesse sistema, um grupo financia a produção de agricultores familiares e, assim, garante uma cesta semanal repleta de frutas, verduras e legumes.

Entre conversas e risadas, a dupla monta as cestas dos consumidores, ou melhor, coagricultores, como são chamados. Para o recebimento dos produtos, cada um desses coagricultores traz sua cesta ou sacola.

De março a maio de 2022, Gedilene e Gizelma fizeram um curso de CSA ofertado pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (Sema). Por meio do Projeto CITInova – Cidades Sustentáveis, 40 agricultoras e agricultores das bacias hidrográficas do Descoberto e Paranoá, que abastecem a maior parte da população de Brasília, concluíram o curso. A iniciativa

possibilitou a criação de duas novas CSAs no Distrito Federal, a “Ipê Rosa” e a “Água é Vida”, ambas comandadas por mulheres.

O curso ofertou aulas teóricas e práticas e trouxe os princípios de CSA, como a valorização da agricultura familiar, e deu orientações sobre o uso de ferramentas de planejamento. “Agora elas [as mulheres que fizeram o curso] estão mais capacitadas para mexer com o público. Às vezes ficamos muito na roça, ocupadas com as tarefas, e deixamos de aprender. O curso foi muito bom porque nos ensinou contabilidade e o que dá para fazer na chácara”, conta Adriana Barros, 42, que fez o curso ao lado da mãe, Ilneia Rocha, 65. Juntas, elas criaram a CSA Água é Vida, com previsão para começar as entregas neste mês de setembro. Mãe e filha moram no Assentamento Gabriela Monteiro, em Brazlândia.

A CSA Ipê Rosa, já em funcionamento, é integrada pelas famílias de Gizelma e de Gedilene, assentadas no Combinado Agrourbano de Brasília I (Caub I), no Riacho Fundo II. Gizelma cresceu em um lar sustentado pela agricultura. A necessidade de estudar fez com que ela se fixasse

na vida urbana. Na cidade, se formou em administração e psicologia. Hoje, no trabalho no campo, aplica o conhecimento das graduações no planejamento de plantio e na relação com os coagricultores.

Segundo Gedilene, vice-diretora do Centro Educacional Agrourbano Ipê (CED Agrourbano Ipê), a Ipê Rosa pretende ser um modelo “de mulheres que podem garantir ou melhorar a renda da família com a produção de alimentos orgânicos”. Para a vice-diretora, a CSA é uma possibilidade para a transição agroecológica e proteção das águas na região do Descoberto. De acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Ana), o reservatório do Descoberto abastece cerca de 64% do DF.

Fortalecimento feminino e agroecológico

Em um artigo publicado em 2022 na Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga-UnB) apontam que em 1960, no Japão, a insatisfação de mulheres com pesticidas, alimentos importados e processados influenciou a criação de acordos locais com agricultores para fornecerem alimentos. O fato deu origem aos primeiros movimentos de CSAs no mundo com o nome teikei, que significa parceria ou cooperação em japonês, e se expandiu pela Europa e Estados Unidos.

No DF, o planejamento iniciou em 2012 em Sobradinho, mas as primeiras CSAs foram criadas em 2015, segundo outro artigo do Propaga. Dados de 2019 da Rede CSA Brasília indicam que o DF tem a maior comunidade do Brasil. Hoje, são cerca de 40. Entre elas, a Pé na Terra, integrada pela família de Fátima Cabral, 63, agricultora que ministrou uma aula prática do curso de CSA na própria chácara no Núcleo Rural Pipiripau, em Planaltina.

No assentamento Canaã, em Brazlândia, Ivanildes Sousa, 55, lidera a Mulheres do Cerrado e preside a Associação Agroecológica Mulheres Rurais do Assentamento Canaã, composta por 36 agricultoras. O grupo escolhe a produção por meio da CSA e com encomendas de cestas.

Tânia Aguiar, 50, deu vida à CSA Paulo Freire em 2018, quando a ONG WWF-Brasil implantou os primeiros projetos agroflorestais no Assentamento, 31 implementados no total. Ao lado do marido e dos dois filhos, pôde comercializar os produtos, o que antes não era possível, pois eles não tinham como e nem para quem vender. “A Paulo Freire foi o meu porto seguro. O início da minha estabilidade num primeiro momento, porque hoje eu tiro o sustento da minha família dessa comunidade”, expõe Tânia.

O porto seguro de Tânia Aguiar encontrou-se aproximada de Gizelma Fernandes da nova CSA Ipê Rosa. “Recebendo esses valores posso me sustentar com mais tranquilidade”, destaca Gizelma. “É uma sustentabilidade para a mulher: para a gente se sentir valorizada com aquilo que a gente faz.”

Sob pressão

Estimulado por manifesto, restaurante universitário se prepara para comprar insumos da agricultura familiar para campi da Universidade de Brasília

>> MARIA CLARA MARTINEZ

Em 5 de julho deste ano, um grupo de professores da Faculdade de Planaltina (FUP) e associações relacionados à agricultura familiar encaminharam um manifesto à reitoria. A intenção era pressionar a Universidade de Brasília (UnB) para que o Restaurante Universitário (RU) começasse a comprar parte dos alimentos da produção familiar. O documento destaca que a instituição pode ser um importante vetor para diminuir as vulnerabilidades sociais e insegurança alimentar entre pequenos produtores.

O fato é que o RU é administrado por uma empresa terceirizada, a ISM Alimentação e Serviços. Segundo a Secretaria de Comunicação da UnB (Secom-UnB), a universidade solicitou uma manifestação da ISM quanto à possibilidade de aquisição de gêneros da agricultura familiar. Em resposta, a empresa de alimentos encaminhou à direção do RU, em 4 de agosto, um ofício no qual anunciou ter dado início a tratativas com fornecedores da agricultura familiar. Com a ressalva de que o Campus Darcy Ribeiro, e apenas este, não seria beneficiado com a aquisição por não haver oferta suficiente de insumos da agricultura familiar para atender a demanda do restaurante.

Antônio Carlos do Carmo, nutricionista da ISM e o “chefe do RU” – como é chamado pelos funcionários –, conta que a empresa “com certeza vai entrar com produtos da agricultura familiar”. Como a negociação está “adiantada”, a previsão é que a compra inicie neste mês de setembro.

A cláusula

O manifesto encaminhado à reitoria se apoia no Decreto nº 8.473 de 2015, que estabelece, no âmbito da administração pública federal, a obrigatoriedade da compra de 30% de produtos alimentícios da agricultura familiar. A aquisição é realizada dentro da modalidade Compra Institucional, do Programa Alimenta Brasil. Essa legislação permite que entidades como o RU compre insumos diretamente da agricultura familiar com dispensa de processo licitatório.

Porém, esse decreto não se aplica às universidades que utilizam a terceirização como forma de gestão dos RUs. É o caso da UnB, que desde 2014 contrata empresas privadas para cuidar do serviço de alimentação. Nessa situação, uma alternativa seria acrescentar cláusulas para incentivar ou exigir a compra de produtos da agricultura familiar aos editais de licitação e contratos com as empresas privadas.

Mário Avila é professor da Faculdade de Planaltina e coordenador há 10 anos do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar da UnB. Avila foi um dos professores que teve a iniciativa do manifesto. Para ele, “do ponto de vista ético e até por respeito aos princípios da sustentabilidade, ela (a universidade) pode exigir que a empresa compre (produtos da agricultura familiar)”, afirma.

A UnB assinou o contrato de um ano com a ISM em setembro de 2021. Caso

Ana Carolina Freitas/ Jornal Campus



RU estuda se há oferta para demanda nos campi. Defensores da agricultura familiar afirmam que sim

30% do valor deste contrato – fechado em R\$ 28.529.987 – fosse destinado à compra de alimentos da agricultura familiar, R\$ 9.509.995 movimentariam esse setor. Mas, no edital de licitação ou no contrato não foram encontrados conteúdos relativos à aquisição de insumos desses produtores.

Mas essa situação pode mudar em breve. De acordo com Cristiane Moreira da Costa, da Direção do Restaurante Universitário da UnB (DRU), a universidade pretende incluir nos próximos contratos a cláusula dos 30% estabelecidos pelo decreto.

Há oferta para tanta demanda?

A preocupação de Antônio Carmo, nutricionista da ISM, é a mesma da empresa: talvez a agricultura familiar não consiga abastecer o restaurante do campus Darcy Ribeiro, que chega a servir 5.500 refeições por dia. Essa também é a preocupação de Cristiane Moreira, a diretora do RU.

Por esse motivo, a ISM optou por negociar com cooperativas de pequenos produtores, que podem fornecer grande quantidade de alimentos. Costa conta que a empresa anterior à ISM havia tentado comprar da agricultura familiar, mas não teve sucesso. Na época, as compras eram feitas para a Faculdade de Planaltina. “O grande problema que a gente encontrou na experiência anterior é que eles (os agricultores) não conseguiam entregar na frequência e no volume que era necessário”. A empresa havia procurado produtores individuais ao invés de cooperativas.

Já o professor Mário Avila discorda do posicionamento da ISM. “Nós que estudamos isso diariamente não conhecemos a oferta”, afirma. “A empresa que trabalha com outra dinâmica assegurar que não tem oferta para mim é um pouco precipitado.” Para ele, a regra é simples: a oferta se ajusta de acordo com a

demanda, e não o contrário. “Nas chácaras de agricultores familiares, eles têm dez canteiros para produzir alface, eles estão produzindo em um, dois porque não tem demanda”, explica. O professor também argumenta a favor da aquisição de insumos por intermédio de cooperativas da agricultura familiar.

“No Brasil, quem planta tem cada vez menos o que comer”

Esta é uma das constatações do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan). De acordo com o relatório, 21,8% dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais passam fome no Brasil em 2022.

Uma das principais políticas de incentivo à produção rural é o Programa Alimenta Brasil. Esse aparato legal estimula a compra de alimentos da agricultura familiar e distribui para populações carentes. Além de facilitar a compra para restaurantes universitários, hospitais e presídios. Mas esse mecanismo vem sofrendo reduções de orçamento. Em 2021, o programa teve uma redução de 86% no valor executado se comparado a 2014, de acordo com dados do site *O João e o Trigo*.

Dono do Sítio Raiz, no Lago Oeste, há nove anos, Rômulo Araújo é um dos produtores que sente falta do Programa. “O ideal seria que fosse ampliado esse recurso e que (o programa) voltasse a funcionar como antes.”

*Acesse o link da pesquisa sobre os hábitos alimentares no RU e sua relação com a agricultura familiar: bit.ly/3TIE7uR.

Ana Carolina Freitas/ Jornal Campus



Gedilene e Gizelma, da CSA Ipê Rosa, entregam cestas no Infínu Comunidade Criativa

Polos de crimes na UnB

Famoso por sediar festas universitárias, o Centro Comunitário registrou mais de 300 crimes nos últimos sete anos. Dos casos, 96% correspondem a furtos e roubos

>> MATEUS SALOMÃO

O Centro Comunitário Athos Bulcão é a área mais violenta do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). A conclusão se baseia em dados, de 2015 a julho de 2022, de boletins de ocorrência da Polícia Civil do DF, obtidos pelo **Campus** via Lei de Acesso à Informação (LAI).

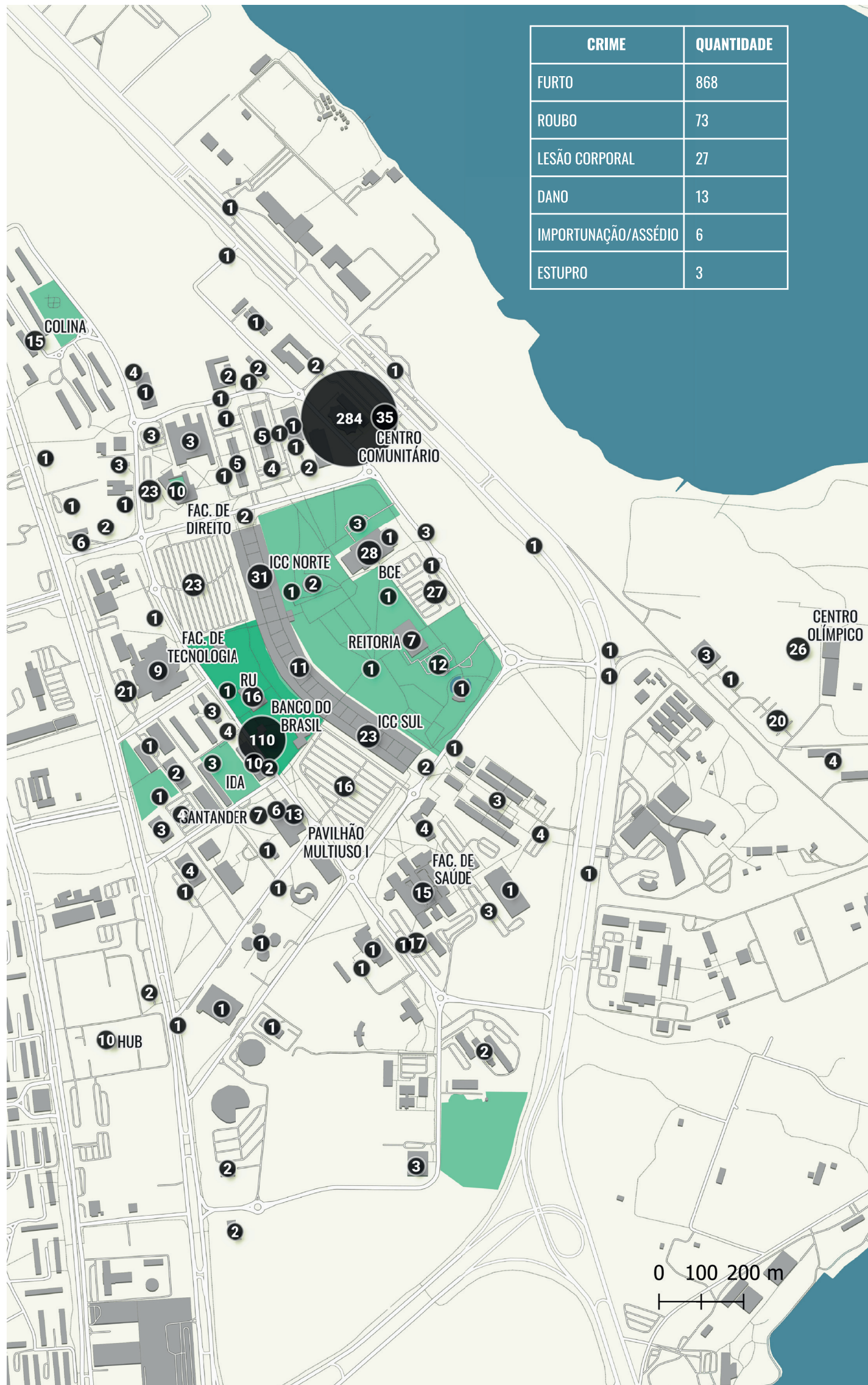
A tenda que recebe festas e cerimônias, incluindo o estacionamento e proximidades, registrou 284 furtos e 22 roubos, além de 11 casos de lesão corporal. Houve também um caso de estupro e um de dano — que consiste em destruir, inutilizar ou deteriorar bens alheios. Quase 78% desses crimes ocorreram entre 2015 e 2016.

Por meio de nota, a UnB explicou que a redução após 2017 coincide com a criação do Comitê Consultivo Permanente para a Gestão de Segurança. O colegiado elabora políticas de segurança e delega a operacionalização para as instâncias e órgãos competentes.

Desde a criação do comitê, afirma a nota, “a Universidade investiu na instalação de câmeras de videomonitoramento. São, hoje, mais de 600 câmeras nos quatro campi. Também foram colocadas as cadeiras elevadas no campus Darcy Ribeiro para que os vigilantes tenham visão ampla dos estacionamentos”.

Mapa de crimes

O levantamento mapeia crimes de furto, roubo, lesão corporal e dano. Além disso, considera casos de assédio sexual, que ocorre ao obter vantagem sexual valendo-se de hierarquia; importunação sexual, que descreve a prática de ato libidinoso na presença de alguém sem autorização; e importunação ofensiva ao pudor, contravenção penal que contemplava até 2018 o que hoje é crime de importunação sexual.



Devido a imprecisões nos dados da PCDF, dos cerca de 1,3 mil registros de crimes analisados apenas 990 são representados no mapa em locais aproximados